



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

A inserção internacional do Brasil em face conjuntura econômica e política da América Latina:

uma breve avaliação

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

Como citar: PASSOS, R. D. F. dos. A inserção internacional do Brasil em face conjuntura econômica e política da América Latina: uma breve avaliação. *In:* CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. (org.). **Os dilemas atuais do Brasil e da América Latina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 109-120. DOI: <https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-815-6.p109-120>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL EM FACE CONJUNTURA ECONÔMICA E POLÍTICA DA AMÉRICA LATINA: UMA BREVE AVALIAÇÃO

Rodrigo Duarte Fernandes dos PASSOS

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta reflexão é alcançar uma breve e introdutória resposta à seguinte indagação: como situar o Brasil internacionalmente em face à conjuntura política e econômica da América Latina? A hipótese a ser argumentada ao longo deste texto sugere que o Brasil está inserido em limites conjunturais específicos do movimento de “tradução” de longo alcance da hegemonia norte-americana, com todas as conseqüências que isto envolve do ponto de vista da relação de forças envolvendo os diferentes grupos e estratos sociais no plano nacional e internacional, além dos nexos desiguais e combinados com perspectiva da dialética da paz e da guerra no além-fronteiras.

Tal hipótese implica em aprofundar a compreensão das categorias de hegemonia e “tradução”, relação de forças além de outras premissas que auxiliam o seu esclarecimento que serão também explicitadas ao longo da minha argumentação, a saber, os já mencionados nexos desiguais e combinados e a dialética da paz e da guerra.

As premissas referidas são listadas a seguir:

Uma primeira remete à dialética de guerra e paz de um mundo marcado pela observação armada em termos da significativa existência de armas convencionais e nucleares, em conformidade com a elaboração e atualização histórica a partir das teses de um clássico da guerra, o general prussiano Carl von Clausewitz (1984).

Uma segunda remete a uma formulação presente na obra de Marx (MARX e ENGELS, 2005) e naquelas de vários outros cânones do marxismo, entre os quais Leon Trotsky (1977). O líder revolucionário russo a chamou de desenvolvimento desigual e combinado, ponto que incide sobre todas as dimensões da vida social, aí inclusas as questões nacionais e internacionais.

A terceira premissa aponta para a perspectiva gramsciana das categorias de hegemonia em suas várias possibilidades como concretização histórica completa ou incompleta, além das categorias de relação de força e “tradução”. A análise histórica e termos das relações de força implicam na necessidade de uma distinção entre os fenômenos de curto alcance, conjunturais, e os de longo alcance, orgânicos, conforme a própria terminologia de Antonio Gramsci (1975).

Todas essas premissas que estão por trás da hipótese central possuem vínculos entre si e não se constituem em momentos estanques, compartimentalizados do argumento. São integrados entre si de forma orgânica, sem querer com isso sugerir qualquer justaposição de categorias de forma eclética entre tais autores. Pretende-se apenas aproximar formulações semelhantes, que possuem elementos comuns entre si, sem considerar equivocadamente que estes autores possuam aparatos teóricos totalmente idênticos. A separação de caráter meramente metodológico entre eles orienta os diferentes momentos de exposição do texto que seguirá a ordem da enunciação das premissas.

2 A DIALÉTICA DA PAZ E DA GUERRA – A OBSERVAÇÃO ARMADA EM UM MUNDO DE ARMAS CONVENCIONAIS E NUCLEARES: O BRASIL E SEU PODER MILITAR

Clausewitz (1984), general prussiano que legou *Da Guerra*, uma das mais importantes obras clássicas sobre o tema do seu título, sustentava

que a despeito das enormes diferenças entre paz e guerra, elas têm em comum a política. No que tange à política, não há uma descontinuidade ou continuidade absoluta sobre onde começa e termina a guerra. Por outras palavras, não há uma quantidade ou parâmetro que envolva o meio peculiar ao fenômeno militar, a violência, que distinga a guerra da paz. Tanto a violência extremada e encarniçada dos diferentes conflitos em distintos períodos históricos, quanto a observação armada numa situação de aparente paz podem configurar a ocorrência da guerra. Em um mundo com arsenais convencionais e nucleares de maior ou menor envergadura, a dialética paz e guerra nunca deixou de ser relevante como categoria analítica, sempre com a maior ressalva possível das particularidades históricas em contexto e período mais amplo. Afinal, ainda conforme o dizer de Clausewitz, a guerra é um verdadeiro camaleão, um fenômeno histórico que se adapta para cada particularidade de sua manifestação (CLAUSEWITZ, 1984, p. 89).

Insere-se tal introdução para avaliar o Brasil na conjuntura latino-americana em termos da consideração de suas forças armadas, seu poder militar e sua inserção em uma eventual consideração de poder de uma potência de nível médio no plano regional.

Pode-se perguntar sobre o porquê de avaliar o Brasil em termos de seu poder militar e suas forças armadas em uma reflexão conjuntural sobre a América Latina. Foi o já mencionado general Clausewitz que formulou sobre o entendimento das questões relacionadas à guerra e ao poder militar como parte da compreensão das questões históricas, econômicas e sociais das distintas sociedades. Não poderia ser diferente no caso brasileiro.

O desmonte do Estado brasileiro em setores vitais se coaduna direta e indiretamente com a lógica hegemônica neoliberal e historicamente pouco substantiva do nosso poder militar e nossas Forças Armadas.

Desde o regime militar, nossas únicas duas tropas profissionais e de pronto emprego são as mesmas: a Brigada Paraquedista e os Fuzileiros Navais. Isto não se modificou na conjuntura atual, relacionada à redemocratização em 1985 e a subsequente criação do Ministério da Defesa. Tais novidades não trouxeram o esperado fim do serviço militar obrigatório e a profissionalização das Forças Armadas como um salto de qualidade que poderia reestruturar seu perfil.

Antes, pelo contrário, a assim chamada “opinião pública” – comovida pelo trágico aumento da criminalidade e violência – sucumbe ao “canto da sereia” das doutrinas militares norte-americanas divulgadas em suas academias que oferecem cursos para oficiais estrangeiros sobre a necessidade das Forças Armadas de outros países se prepararem para as novas ameaças do pós-Guerra Fria identificadas como catástrofes ambientais e humanitárias, narcotráfico, crime em geral e combate ao terrorismo. Por outras palavras e sem que os discursos oficiais assim se expressem, “readequar” as Forças Armadas para tais objetivos subentende que seu escopo e missão sejam rebaixados ao papel de polícia, dado que todas as “ameaças” elencadas são competências das polícias e das demais forças públicas¹. Incluir as Forças Armadas em tais missões é a senha para rebaixar e anular a justificativa de sua modernização e reaparelhamento de forma mais substantiva, circunscrevendo sua atuação como polícia e força assistencialista, ponto que já é visível não somente nas intervenções ocorridas nos morros e localidades assoladas pelo crime no Rio de Janeiro e em outras iniciativas relacionadas a políticas públicas, como também na atuação como “força de paz” no Haiti para atender anseio da potência hegemônica de lidar com conflitos de menor envergadura, apelo e baixo uso de poder coercitivo². Tudo isto é muito conveniente à hegemonia norte-americana: uma superpotência com enorme superioridade militar convencional e nuclear, com uma gigantesca e díspar superioridade em relação aos demais Estados.

A constatação do sucateamento das nossas Forças Armadas e de nosso poder militar convencional é parte óbvia do quadro desenhado acima. Não há estrutura adequada sequer para a sustentação em níveis substantivos do serviço militar obrigatório. O programa de compra de novas caças para a Força Aérea parece ter chegado aos seus momentos finais com a aquisição dos suecos Gripen, mas se arrasta desde o governo Fernando Henrique Cardoso, com inúmeros adiamentos. O nosso porta-aviões, o “São Paulo”, é um vaso de guerra adquirido da França e de fabricação dos anos 1950. Tem seu nome original “Foch” e ficará inoperante muito em breve. O projeto de construção pela Marinha de um submarino nuclear se arrasta desde os anos 1970 com um orçamento cada vez mais minguado e

¹ Sobre o caráter não militar do terrorismo, consultar HOWARD (2002) e PASSOS (2003).

² Uma análise mais aprofundada sobre a força de paz brasileira no Haiti e papel da maioria das forças de paz da ONU e outras organizações internacionais é abordada em PASSOS (2015).

não parece ter um desfecho favorável no horizonte. Registre-se ainda que o Brasil renunciou formalmente à produção de sua arma atômica em 1998, com a adesão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear, resignando-se e submetendo-se às discriminatórias e constrangedoras cláusulas da Agência Internacional de Energia Atômica que favorecem única e exclusivamente à ótica das potências nucleares publicamente reconhecidas dos anos 1960, período em que o referido tratado foi elaborado e estabelecido.

A reflexão do Brasil como potência média ou regional latino-americana ou ainda sul-americana não se separa das questões relacionadas à política e à diplomacia, ainda resgatando os ensinamentos de Clausewitz sobre o nexos entre guerra e paz e guerra e política. Mais adiante será explorado neste artigo o nexos desta avaliação com o pleito de reconhecimento do papel do Brasil no âmbito global como líder e país relevante. Para concluir esta breve linha de raciocínio sobre o poder militar brasileiro, enuncia-se trecho bastante a propósito de uma reflexão do Professor Oliveiros Silva Ferreira (s.d.), sem jamais querer sugerir que o investimento em educação no Brasil seja menos relevante que o congêneres nas Forças Armadas e que o Brasil deva sustentar uma posição expansionista e belicista. O trecho se insere na lógica da avaliação da hegemonia neoliberal norte-americana que se desdobra, entre outros pontos, no desmonte de setores relevantes do Estado brasileiro, que inclui nossas universidades e escolas públicas. Porém, sem Forças Armadas com substantivo poder militar não há Estado que faça jus a tal condição, como sustentou Oliveiros Silva Ferreira (s.d.):

Se soubéssemos um pouco de história, saberíamos também que o General de Gaulle, em Argel, em 1943, perguntou a um assessor seu, um intelectual sem dúvida, por onde se deveria começar a reconstrução do Estado francês. Ao assessor, que respondeu “pela educação”, o General retrucou: “Pelo Exército”!

3 O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO NOS PLANOS NACIONAL E INTERNACIONAL: VÁRIOS ASPECTOS DA CONJUNTURA BRASILEIRA DIANTE DA AMÉRICA LATINA

O senso comum da assim chamada “globalização” homogeneiza todos os fenômenos nacionais e internacionais como se fizessem parte de um único e inevitável processo de encadeamento dos fenômenos contem-

porâneos destinados a um nivelamento de cunho liberal. Tal avaliação não poderia ser mais simplista e sintomática de uma avaliação desprovida das diferentes temporalidades, dos diversos ritmos de transformação de todas as dimensões de produção da vida em todo o sistema internacional e no interior de seus respectivos Estados, em perspectiva de totalidade.

Este é o sentido historicista da categoria de desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky (1977) ao enunciar os diferentes ritmos de transformação da vida na sua análise das condições históricas relacionadas à Revolução Russa de outubro de 1917. Em outras palavras, a enunciação de tal categoria não possui uma lógica imanente, aplicável somente ao contexto específico no qual foi empregada, mas sim nas diferentes possibilidades de análise histórica.

Uma eventual avaliação de uma posição privilegiada de liderança e proeminência econômica e política do Brasil na América Latina é, muitas vezes, enviesada de forma que se ignore tais ritmos diferentes que a categoria de desenvolvimento desigual e combinado enseja. Se o país está entre as doze principais economias do mundo, algo muito desigual acompanha tal posicionamento.

Muito mais amplo que uma perspectiva de expansão dos interesses econômicos do grande capital das empresas ditas brasileiras (uma vez que se associam ao grande capital internacional de forma direta e indireta, não mais se configurando historicamente há algum tempo, por exemplo, uma burguesia nacional) no âmbito latino-americano, o crescimento dos fluxos econômicos brasileiros com vizinhos e países próximos assimetricamente desprovidos de pujança econômica acoberta a crescente fragilidade da economia nacional, cada vez mais desindustrializada, importadora de produtos industrializados principalmente chineses, e exportadora de *commodities* agrícolas.

A suposta magnitude e elevação da condição econômica brasileira a um patamar superior depois da crise dos principais Estados da União Europeia não condiz com a ausência da superação dos graves problemas sociais no que diz respeito à enorme concentração fundiária, enorme concentração de renda, gigantescas discrepâncias de desenvolvimento regional e péssimos indicadores sociais e, sua piora recente, para um país que se proclamava no âmbito do discurso social como sem pobreza e como pátria educadora.

A manutenção de diretrizes macroeconômicas de cunho monetarizante e neoliberal desde o advento do Plano Real é um dado jamais enfrentado por aqueles que se apressam em avaliações relacionadas a problemas históricos e crônicos – como a corrupção governamental amplamente difundida –, mas que não explicam isoladamente a magnitude das dificuldades econômicas brasileiras, relacionadas também à proeminência absoluta do capital financeiro e a uma alta política de juros, que repercute sobre o aumento da dívida pública e crescente a necessidade de recursos para pagá-las.

Concomitantemente, registre-se ainda que de modo difuso e não uniforme, o crescimento do inconformismo de vários setores e frações de classe subalternas frente a tudo isto. O ponto culminante de tal inconformismo foram as manifestações de junho de 2013. Tal como enunciado na tese do desenvolvimento desigual e combinado, a grande mobilização então constatada não se traduziu em uma ruptura mais substantiva, sendo Dilma Rousseff reconduzida a mais um mandato presidencial.

Todos os pontos arrolados mostram um descompasso típico de todos os processos conjunturais e históricos. No caso brasileiro, isso fica evidente: os nossos indicadores sociais e econômicos não acompanham a nossa proeminência econômica e política no âmbito latino-americano e uma suposta posição de destaque no cenário internacional como *locus* de poder médio ou regional, ainda que tudo isto possa ser passível de contundentes ressalvas e críticas.

Tudo isto enseja um questionamento que nos leva ao último ponto relacionado às premissas anteriormente enunciadas: todos os pontos que constituem o objeto deste texto se constituem em problemas de caráter conjuntural – de breve e pontual duração – ou de caráter orgânico, de perspectiva histórica de maior duração? Isto nos leva a elementos relevantes para avaliação sob uma ótica gramsciana, foco do nosso próximo tópico.

4 HEGEMONIA, TRADUÇÃO E RELAÇÃO DE FORÇAS

A hegemonia no sentido gramsciano (GRAMSCI, 1975), como categoria analítica, envolve uma avaliação de uma verdadeira concepção de mundo dirigente através da sociedade civil – o conjunto estrutural das relações sociais – de uma classe, ou fração de classe ou grupo, filtrada através

das estruturas sociais aspectos da cultura, ideologia, ética, política, economia, gênero, etnicidade, dentre vários outros aspectos em diversos escopos e alcances com o predomínio da força sobre o consenso. Ela encerra formas completas e incompletas situadas historicamente que conferem enorme complexidade à sua compreensão em termos de uma totalidade social. Ressalte-se que hegemonia não é sinônimo de dominação, unanimidade, homogeneidade, coesão. Toda ação e conflito político são atravessados por tal noção, não sendo cabível a alusão a uma “contra-hegemonia” expressão jamais enunciada por Gramsci tampouco discutida por ele em termos de um dos seus recursos metodológicos. Neste caso específico, refere-se à “tradução”, a resignificação histórica, social e cultural de conceitos e categorias de uma forma não mecânica. O ponto aqui é justamente a avaliação de uma pertinência histórica de resignificação da categoria de hegemonia.

A resignificação em questão feita por Gramsci na sua abordagem de hegemonia remete a uma forma incompleta na qual predomina a força, e exercida não através da sociedade civil e sim pelo Estado: a revolução passiva. Trata-se de uma “revolução sem revolução”, um processo de modernização e transformação conservadora que, por vezes, coopta parte dos grupos e classes subalternos sem dar-lhes voz e poder, atendendo parcialmente suas demandas. Ocorrem em contexto de guerras, revoluções, substituição e rearranjo das classes dominantes antigas por novas. Trata-se de uma categoria também de enorme complexidade, utilizada por Gramsci na análise de diferentes contextos históricos. De modo bastante embrionário e assistemático, Gramsci sugeriu que tal categoria poderia ser o mote de uma análise da maioria dos processos históricos após a Revolução Francesa, bem como a formação de novos Estados após sua libertação como colônias.

Desdobrando desta tese geral, a nascente e incompleta hegemonia norte-americana nos 1920 e 1930 analisada por Gramsci se constitui uma revolução passiva. O seu conteúdo se desdobra do fordismo muito mais do que um modo de gestão, mas um verdadeiro modo de vida pautado pela produção e consumo em massa, disciplina da vida social para tal, bens como salários mais elevados à custa de menor poder sindical, maior produtividade, um papel submisso e rebaixado da mulher. Estas diretrizes pautaram inúmeros aspectos das relações sociais e do poder norte-americano no exterior, sendo recepcionadas e traduzidas de diversas formas em distintos

Estados e regiões do globo à medida que a hegemonia norte-americana tomava mais vulto. Afinal, de modo semelhante ao raciocínio de Trotsky sobre o desenvolvimento desigual e combinado, Gramsci sustentou que “o capitalismo é um fenômeno econômico histórico mundial e seu desenvolvimento desigual significa que as nações individualmente não podem estar no mesmo nível de desenvolvimento econômico ao mesmo tempo” (GRAMSCI, 1919 apud MORTON, 2007, p. 1, tradução do autor)³.

A tradução da hegemonia norte-americana para a sociedade brasileira e demais sociedades da América Latina também é um ponto a ser considerado no processo histórico dos séculos XX e XXI. Deve ser acrescentado a tal processo de hegemonia incompleta a sua manifestação como processo histórico nas sociedades latino-americanas, com maiores e menores diferenças, talvez tendo como um de seus núcleos comuns (mas não necessariamente exclusivos) os recentes processos dos governos ditos de “esquerda” e “centro-esquerda” em diferentes países, que promoveram reformas inseridas em contexto limitado, essencialmente conservador. As gestões de Dilma e principalmente Lula estariam inseridas nesta lógica, com uma ênfase em algumas concessões sociais em termos de ampliação de crédito (no início dos anos Lula, beneficiando somente em última instância o capital financeiro), um menor arrocho salarial (embora significativamente existente), alguns pequenos investimentos públicos e cooptação e passivização de alguns setores populares sem dar-lhes poder e voz. Tal análise se inseriria naquilo que Adam Morton (2011) e Giorgio Baratta (2004) chamaram de “revolução passiva permanente” a partir da sugestão de Gramsci de que tal categoria poderia vir a ser uma chave recorrente de análise histórica. Todos estes pontos de análise pouco desenvolvidos, inclusive a própria crise mundial que afeta o Brasil e a América Latina, apontam para aspectos não conjunturais e sim orgânicos, de longa duração dos processos históricos que tangenciam a complexa categoria de hegemonia gramsciana. A hegemonia como uma categoria histórica, contraditória e repleta de possibilidades, enseja distinguir um processo conjuntural (de maior brevidade) e um processo orgânico. Aponta para a necessidade de fazer uma completa análise da relação de forças das classes e de todo o processo histórico em que possamos distinguir como os embates hegemônicos

³ “Capitalism is a world historical phenomenon and its uneven development means that individual nations cannot be at the same level of economic development at the same time”. (GRAMSCI, 1919 apud MORTON, 2007, p. 1).

estão configurados. No caso brasileiro, há vários indícios de um processo hegemônico incompleto dado o caráter histórico e fortemente autoritário, o forte papel do Estado e das frações de classes que dão a diretiva no seu aparato no processo histórico – uma forte associação consciente entre setores do imperialismo, das novas e velhas classes dominantes, conforme já demonstrou Florestan Fernandes – para a modernização de cunho conservador pela qual o país passou em distintos períodos (2006).

Sob pena de abraçarmos um fetiche sobre as conquistas e ganhos do Brasil e da América Latina nos últimos anos de suposta “esquerda” e de um pretenso papel de liderança e potência média e regional do Brasil neste processo, sugere-se que há a necessidade de uma análise menos apressada sobre estes aspectos. Não há espaço e tempo nesta reflexão para isto, mas podem-se apontar alguns caminhos iniciais, que é o escopo deste ensaio.

Na perspectiva da política exterior brasileira com relação ao mundo e à América Latina, ressalvas precisam ser feitas àquelas considerações sobre o papel de liderança e hegemonia brasileiras. Uma potência não é reconhecida só nas cartas diplomáticas, já advertia Gramsci (1975), mas sim pela sua liderança e poder preferencialmente sem depender de aliados nas situações de guerra. Gramsci, como leitor de vários autores que travaram contato com a obra de Clausewitz, entendeu o sentido por vezes extensivo de aspectos da guerra à política. Neste sentido, diplomacia e guerra conectam-se em alguns pontos, inclusive para saber os limites do que é efetivamente uma potência. O fetiche do Brasil como candidato natural a uma vaga permanente do Conselho de Segurança da ONU esbarra em pontos importantes. A saber, a ausência de uma liderança credenciada para tal, já que nem a Argentina legitima tal anseio. O Brasil não é uma potência militar, conforme já foi explanado acima. Nossa posição econômica só nos coloca em relativa vantagem na América Latina, mas parece cada vez mais apontar para uma clássica posição de fornecedor de matérias-primas e importador de manufaturas, dada a nossa crescente desindustrialização presente no processo histórico mais recente.

Feitas tais ponderações, passar-se-á às considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se demonstrar ao longo deste ensaio alguns elementos embrionários da inserção conjuntural e histórica brasileira na América Latina em termos da dialética guerra e paz, do desenvolvimento desigual e combinado e da acepção gramsciana da hegemonia.

É sabido que os vários pontos aqui enunciados demandam análises e demonstrações mais aprofundadas, até para que se possa, inclusive, saber do valor heurístico da categoria de hegemonia na acepção gramsciana em suas formas completas e incompletas. Mas deve-se ir além também com as formulações inspiradas em Clausewitz e Trosky. Para concluir, no sentido de ressaltar a importância da continuidade da crítica, do debate e da investigação, cito o filósofo Theodor Adorno em carta a Walter Benjamim: “[...] nossos melhores pensamentos são aqueles que nunca conseguimos pensar por inteiro.” (ADORNO apud GATTI, 2008, p. 95).

REFERÊNCIAS

- BARATTA, G. *As rosas e os cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- CLAUSEWITZ, C. *On war*. Princeton: Princeton University, 1984.
- FERREIRA, O. S. *Ao leitor*, s.d. Disponível em: <www.heitordepaola.com/imprimir_materia.asp?id_materia=1558>. Acesso em 05 mar. 2016.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, São Paulo: Globo, 2006.
- GATTI, L. F. Theodor W. Adorno: indústria cultural e crítica da cultura. In: NOBRE, M. (Org.). *Curso Livre de Teoria Crítica*, Campinas: Papirus, 2008, pp. 73-97.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del darcere*. Torino: Einaudi, 1975.
- HOWARD, M. *What 's in a name? how to fight terrorism*. Foreign Affairs, v. 81, n.1, 2002, p. 8-13.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto Comunista*, São Paulo: Boitempo, 2005.
- MORTON, A. D. *Revolution and state in modern Mexico: the political economy of uneven development*, Plymouth: Rowman & Littlefield, 2011.

_____. *Unravelling Gramsci: hegemony and passive revolution in the global political economy*. London: Pluto, 2007.

PASSOS, R. D. F. As missões de paz sob a ótica de uma nova divisão internacional do trabalho na área da segurança. *Brazilian Journal of International Relations*, v. 4, 2015, p. 236-272.

_____. *O Império da lei ou a lei do império? guerra versus legalidade na nova ordem mundial*. Prisma Jurídico, v. 2, 2003, p. 85-104.

TROTSKY, L. *A história da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.